

ACORDO COLETIVO DE TRABALHO 2015/2016

NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: SE000011/2016
DATA DE REGISTRO NO MTE: 25/01/2016
NÚMERO DA SOLICITAÇÃO: MR075435/2015
NÚMERO DO PROCESSO: 46221.000305/2016-93
DATA DO PROTOCOLO: 19/01/2016

Confira a autenticidade no endereço <http://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador/>.

SIND DOS TRAB EM EMP DE T E O DE MESAS TELEF NO EST SE, CNPJ n. 15.612.468/0001-04, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). IARACI MARIA SILVA;

E

ERICSSON GESTAO E SERVICOS DE TELECOMUNICACOES LTDA, CNPJ n. 04.262.069/0014-69, neste ato representado(a) por seu Gerente, Sr(a). SEBASTIAO TADEU MACHADO CAVALCANTE ;

celebram o presente ACORDO COLETIVO DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE

As partes fixam a vigência do presente Acordo Coletivo de Trabalho no período de 01º de maio de 2015 a 30 de abril de 2016 e a data-base da categoria em 01º de maio.

CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA

O presente Acordo Coletivo de Trabalho, aplicável no âmbito da(s) empresa(s) acordante(s), abrangerá a(s) categoria(s) **A vigência do presente Acordo Coletivo de Trabalho será de 12 meses, a contar de 1º de Maio de 2015 até 30 de Abril de 2016 . Abrangendo os Trabalhadores da Empresa ERICSSON GESTÃO E SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES LTDA, vinculada a representação do sindicato laboral, com abrangência territorial em Aracaju/SE.**

Salários, Reajustes e Pagamento**Piso Salarial****CLÁUSULA TERCEIRA - PISO SALARIAL**

A partir de 01 de Maio de 2015, fica estipulado para os Técnicos com registro em CTPS o piso salarial de R\$ 975,00 (novecentos e setenta e cinco reais).

Reajustes/Correções Salariais**CLÁUSULA QUARTA - REAJUSTE SALARIAL**

A EGS reajustará o salário nominal dos funcionários registrados até 30/04/2015 em 8,34% (oito virgula trinta e quatro por cento), os valores do reajuste serão retroativos a abril e serão pagos na Folha de Setembro de 2015.

PARÁGRAFO Primeiro – A EGS pagará a título de abono, o percentual de 50% (cinquenta por cento) do

salário nominal de cada trabalhador, existentes e contratados até 30/04/2015.

PARÁGRAFO Segundo – Os valores acima estipulados não têm caráter remuneratório e, consequentemente, não se incorporarão em hipótese alguma ao salário dos trabalhadores, e, ainda sobre os mesmos, não haverá incidência de quaisquer encargos fiscais, trabalhista ou previdenciários..

Descontos Salariais

CLÁUSULA QUINTA - AUTORIZAÇÃO DE DESCONTO

A EMPRESA ficará autorizada a proceder aos descontos em folha de pagamentos e em rescisão contratual, quando oferecido a contraprestação de: Seguro de Vida em Grupo, Transporte, Vale Transporte, Alimentação, Planos Médicos e Odontológicos, com participação total ou parcial dos empregados nos custos. Da mesma forma, os descontos relativos a convênios com Supermercados, Medicamentos, Farmácias e outros, quando expressamente autorizados pelo empregado. Parágrafo Primeiro: A EMPRESA emitirá um termo de responsabilidade para todo equipamento, veículo ou instrumento que vier a ser entregue ao empregado.

Gratificações, Adicionais, Auxílios e Outros

Adicional de Hora-Extra

CLÁUSULA SEXTA - HORAS EXTRAS

CLÁUSULA 07 – HORAS EXTRA E ADICIONAL NOTURNO

As horas extras trabalhadas de Segunda Feira a Sábado terão acréscimo de 50% (cinquenta por cento), aos Domingos e Feriados acréscimo de 100% (cem por cento) no horário das 05h00min às 22h00min horas e de 150% (cento e cinquenta por cento), das 22h00min às 05h00min;

Parágrafo Primeiro: As horas extras trabalhadas e o adicional noturno serão pagos juntamente com o salário do mês subsequente ao da sua prestação.

Adicional Noturno

CLÁUSULA SÉTIMA - ADICIONAL NOTURNO

Parágrafo Primeiro: O adicional noturno, das 22h00min às 05h00min, será pago com o adicional legal.
3

Parágrafo Segundo: As horas extras trabalhadas e o adicional noturno serão pagos juntamente com o salário do mês subsequente ao da sua prestação.

Adicional de Sobreaviso

CLÁUSULA OITAVA - SOBREAVISO

Os empregados poderão ser designados para permanecerem em regime de sobreaviso, conforme escala

previamente estabelecida pela EMPRESA, inclusive sábados, domingos e feriados, fazendo jus ao pagamento de 1/3 (um terço) da remuneração da hora normal por hora em regime de sobreaviso.

Parágrafo Primeiro: Os empregados enquadrados nesta cláusula serão aqueles expressamente designados pela EMPRESA, por escrito ou conforme escala previamente estabelecida, no qual será especificado o período de duração do sobreaviso;

Parágrafo Segundo: O empregado acionado para trabalhar no período de sobreaviso perceberá como extras, as horas de efetivo exercício, com acréscimo de 50% (cinquenta por cento) de segunda-feira à sexta-feira; 100% (cem por cento) domingos e feriados e 75% (setenta e cinco por cento) nos sábados, no período das 14h00min às 24h00min.

Participação nos Lucros e/ou Resultados

CLÁUSULA NONA - PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS

A Empresa concederá aos empregados abrangidos por este Acordo Coletivo e que esteja com contrato de trabalho em vigor, um valor de R\$ 1.400,00 (um mil e quatrocentos reais), proporcionais ao tempo de serviço no ano base de 2015 computando como um mês, o período superior a 15 dias de labor, correspondente a Participação nos resultados, da seguinte forma:

a) Funcionários desligados, por qualquer motivo sem justa causa (pedido de demissão ou iniciativa da empresa), durante o ano de 2015, farão jus ao recebimento do PLR, cujo valor será proporcional aos meses trabalhados, considerando 15 dias ou mais com 1/12 avos para cálculo do valor proporcional.

Parágrafo Primeiro: Os valores acima, após apuração das metas estabelecidas no anexo I, serão pagos da seguinte forma: Para os empregados ativos em 31/03/2016 e para os desligados até (30/04/2016).

Parágrafo Segundo: Os valores de que trata esta cláusula não terá natureza salarial e não vinculará quaisquer outros futuros pagamento, as regras e metas serão feitas em acordos a parte, em até 60 dias da assinatura deste.

Ajuda de Custo

CLÁUSULA DÉCIMA - REEMBOLSO DE DESPESAS

O reembolso de despesas havidas pelos empregados com hospedagem, alimentação e transporte, quando em viagem a serviço determinada pela Empresa, será até o limite de R\$ 110,51 (cento e dez reais e cinquenta e um centavos) de Segunda a Sexta e R\$ 131,44 (cento e trinta e um reais e quarenta e quatro reais) para Sábados, Domingos e Feriados, e a cada 3 dias R\$ 17,88 (dezesete reais e oitenta e oito centavos) para lavagem de roupas.

Parágrafo Primeiro: O reembolso de que trata o "caput" desta Cláusula será efetuado mediante apresentação, pelo empregado, do comprovante das despesas efetuadas nas regiões que não sejam possíveis apresentações de notas fiscais poderá ser apresentado recibo devidamente preenchido.

Parágrafo Segundo: O reembolso não terá natureza salarial e não será computado na base de cálculo dos encargos trabalhistas e previdenciários.

Auxílio Alimentação

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - VALE REFEIÇÃO

A EMPRESA fornecerá aos empregados abrangidos por este Acordo Coletivo um vale refeição por mês, no valor facial de R\$ 20,93 (vinte reais e noventa e três centavos).

Parágrafo Primeiro: O regime de concessão do ticket refeição ou alimentação está considerado no programa de alimentação do trabalhador – PAT e não constitui verba de natureza salarial e sem

participação do empregado no custeio;

Parágrafo Segundo: O empregado que tiver sua jornada de trabalho prorrogada por mais de 2 (duas) horas receberá um ticket refeição no valor de R\$ 20,93 (vinte reais e noventa e três centavos) por dia de trabalho nesta condição;

Parágrafo Terceiro: O auxílio refeição será mantido por um período nas situações em que ocorra Licença Maternidade, Licença Médica e Acidente de Trabalho, por um período máximo de 06 meses.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - VALE ALIMENTAÇÃO/CESTA BÁSICA

A EMPRESA fornecerá mensalmente aos empregados abrangidos pelo presente Acordo, vale alimentação no valor facial de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais).

Parágrafo Primeiro: O vale alimentação será entregue inclusive nos períodos de férias, licença maternidade, licença médica e acidente do trabalho.

Parágrafo Segundo: A concessão do vale alimentação ocorre no âmbito do PAT – Programa de Alimentação do Trabalhador e não constitui benefício de natureza salarial, não gerando quaisquer reflexos trabalhistas ou previdenciários.

Parágrafo Terceiro: A EMPRESA poderá, a critério próprio, efetuar o crédito em destaque na Folha de Pagamento do valor mensal correspondente. Esse valor não integrará a remuneração do empregado, para todos os efeitos legais.

Auxílio Transporte

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - VALE TRANSPORTE

A EMPRESA fica obrigada, na forma da Lei, ao fornecimento de Vale-Transporte. O desconto será de 6% (seis por cento) do salário base, em conformidade com a Lei.

Parágrafo Primeiro: A EMPRESA poderá, a critério próprio, efetuar o crédito em destaque na Folha de Pagamento do valor mensal correspondente aos empregados lotados no interior, caso não haja transporte para locomoção da residência para o trabalho e vice-versa. Esse valor não integrará a remuneração do empregado, para todos os efeitos legais.

Auxílio Saúde

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - CONVÊNIO MÉDICO

A EMPRESA garantirá aos empregados abrangidos por este Acordo Coletivo e seus dependentes, convênio médico gratuito, no nível básico ou enfermaria.

Parágrafo Primeiro: O convênio de que trata o “caput” desta Cláusula será estendido aos dependentes deste, assim considerados: o (a) cônjuge, companheiro (a), filhos (s, a, as) solteiros (s, a, as) e enteado (s, a, as) até 21 anos e maior inválido (a) (físico e/ou mental), assim declarado (a) judicialmente e sem rendimentos.

5

Parágrafo Segundo: Não haverá co-participação dos funcionários, nos custos pela utilização do convênio médico, nem em consultas ou em exames simples;

Parágrafo Terceiro: O convênio médico concedido pela empresa não constitui benefício de natureza salarial, não gerando quaisquer reflexos trabalhistas ou previdenciários.

Auxílio Creche

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - AUXILIO CRECHE

A EMPRESA reembolsará diretamente aos empregados às despesas havidas com a guarda, vigilância ou assistência de filho legítimo ou legalmente adotado, em creche credenciada á sua escolha, até o limite de R\$ 238,35 (duzentos e trinta e oito reais e trinta e cinco centavos) por mês, por filho, até completar 07 (sete) anos de idade inclusive.

Parágrafo Primeiro: O auxílio creche objeto desta cláusula não integrará, para nenhum efeito, o salário da empregada, não tendo natureza salarial.

Seguro de Vida

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - SEGURO DE VIDA

A EMPRESA concederá aos empregados abrangidos pelo presente acordo o benefício do Seguro de Vida em Grupo de forma compartilhada, respeitando os limites e condições do contrato celebrado entre EMPRESA e a seguradora.

Contrato de Trabalho – Admissão, Demissão, Modalidades

Portadores de necessidades especiais

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - PORTADOR DE NECESSIDADES ESPECIAIS

A EMPRESA pagará diretamente aos empregados às despesas havidas com a manutenção de filho legítimo ou legalmente adotados, portador de necessidades excepcionais, deficiência física ou mental o valor de R\$ 292,52 (duzentos e noventa e dois reais e cinquenta e dois centavos) por mês, por filho, sem limite de idade.

Relações de Trabalho – Condições de Trabalho, Normas de Pessoal e Estabilidades

Transferência setor/empresa

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - TRANSFERÊNCIA DE CIDADE

A EMPRESA pagará a seus empregados em caso de transferência provisória, para outro município do Estado de Sergipe ou outro Estado da Federação , o adicional de transferência no valor 25% (vinte e cinco por cento), conforme legislação em vigor.

Estabilidade Aposentadoria

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - ESTABILIDADE PROVISÓRIA AOS EMPREGADOS EM VIA DE

APOSENTADORIA

Aos empregados que comprovadamente estiverem a um máximo de 12 (doze) meses da aquisição do direito de aposentadoria integral, fica assegurado o emprego ou salário durante o período que faltar para aposentadoria.

Jornada de Trabalho – Duração, Distribuição, Controle, Faltas**Duração e Horário****CLÁUSULA VIGÉSIMA - JORNADA DE TRABALHO**

A jornada semanal de trabalho dos empregados abrangidos por este Acordo Coletivo será de 44 (quarenta e quatro) horas, exceto para os ocupantes de cargos cuja jornada é regulamentada por legislação específica, contrato individual de trabalho ou expressa disposição deste Acordo Coletivo de Trabalho.

Parágrafo Primeiro: Aos empregados que cumprem jornada inferior ao estipulado no “caput” desta cláusula, não se aplica a eliminação eventual aos sábados ou domingos, vez que terão de completar sua duração de trabalho semanal.

Parágrafo Segundo: Em toda a atividade sujeita a turno de revezamento ou plantão, a EMPRESA elaborará escalas de trabalho que assegurem pelo menos 01 (um) domingo livre ao mês, permitida a troca entre empregados lotados na mesma unidade de trabalho.

Parágrafo Terceiro: Em virtude das características especiais das atividades praticadas em cada projeto, concordam as partes que as jornadas e os horários de trabalho serão fixados pela EMPRESA, podendo variar em conformidade com as necessidades administrativas ou operacionais dos projetos.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - REGISTRO DE PONTO

Todos os empregados seja em atividade interna ou externa, terão sua jornada de trabalho diária (entrada e saída) devidamente registrada em meio manual, mecânico, eletrônico ou digital, sendo estes últimos no sistemas “PORTAL APDATA ou APH” , de forma que possa garantir o efetivo registro da jornada de trabalho.

Controle da Jornada**CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - CONTROLE DE JORNADA**

Para atender às necessidades de seus serviços, fica convencionado que a Empresa poderá adotar outras formas de registro de ponto alternativo em conformidade com o disposto na Portaria nº 373 de 25/02/2011 do TEM (MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO) que dispõem sobre a possibilidade de adoção pelos empregadores de sistemas alternativos de controle de jornada de trabalho, ficando isenta do cumprimento de estabelecido na Portaria 1510/09.

Saúde e Segurança do Trabalhador

Periculosidade**CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - PERICULOSIDADE**

A Empresa se compromete a pagar a título de ADICIONAL de PERICULOSIDADE os empregados que atuam na área de Energia nos limites estabelecidos em LEI.

Parágrafo Primeiro: A EMPRESA se compromete a analisar/estudar a possibilidade de pagamento, a título de adicional periculosidade os empregados que atuam na área de Comutação e Transmissão, se os laudos a ser elaborado indicarem a necessidade deste pagamento, nos limites estabelecidos em lei.

Readaptação do Acidentado e/ou Portador de Doença Profissional**CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - REALOCAÇÃO DE EMPREGADOS READPTADOS**

Os empregados que tenham se afastado por motivo de Acidente do Trabalho e sejam declarados readaptados, pela Previdência Social, serão realocados em atividades compatíveis com a nova habilitação.

Relações Sindicais**Acesso do Sindicato ao Local de Trabalho****CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - ACESSO DO SINDICATO**

O acesso à dependência da empresa de dirigentes sindicais devidamente identificados, somente será permitida com a autorização expressa da empresa.

Acesso a Informações da Empresa**CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - QUADRO DE AVISO**

Fica assegurado ao SINDICATO o direito de manter na EMPRESA um quadro de avisos e editais, devendo os referidos avisos serem vistados pela gerência da EMPRESA, desde que não contenham matérias político-partidárias ou depreciativas a Empresa, seus dirigentes e empregados.

Contribuições Sindicais**CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - ENVIO DE RELAÇÃO DE DESCONTOS**

A EMPRESA encaminhará mensalmente, até o 5º (quinto dia) ao SINDICATO, no meio que melhor lhe convier, a relação nominal do desconto das mensalidades sindicais e demais contribuições definidas em assembleias, constando nome do empregado, local de trabalho, matrícula, valor descontado e somatório

das contribuições.

Outras disposições sobre relação entre sindicato e empresa

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - HOMOLOGAÇÕES

Todo Empregado que tenha menos de 01 (um) ano de Trabalho na Empresa, deverá ter sua rescisão Contratual Homologada pelo SINDICATO. Caso a HOMOLOGAÇÃO da Rescisão não aconteça no SINDICATO, a Empresa enviará cópia do TRCT à entidade SINDICAL.

Parágrafo único: Os Empregados que necessitarem locomover-se para cidade diversa daquela que presta serviços para HOMOLOGAR a suas Rescisões Contratuais, terá as suas despesas custeadas pela Empresa acordante, mediante a apresentação de Recibo no ato da HOMOLOGAÇÃO. Exclui-se desta hipótese os Empregados que pedirem Demissão.

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - ACOMPANHAMENTO DO ACORDO

Sempre que necessário, as partes reunir-se-ão para avaliação do presente acordo coletivo e dirimir as dúvidas que ele possa ensejar.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA - REVISÃO DE PUNIÇÃO COM ADVERTÊNCIA OU SUSPENSÃO

Os pedidos de revisão de penas disciplinares de advertência ou suspensão que forem encaminhadas pelo sindicato, por escrito, serão examinados e respondidos pela empresa, com justificação da deliberação que vier a tomar e se for comprovada a inocência do empregado à punição será automaticamente anulada.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - MULTA POR NÃO CUMPRIMENTO

Pelo não cumprimento das cláusulas deste acordo coletivo, fica acordado multa de 5% (cinco por cento) sobre o salário normativo, revertendo o seu benefício em favor da parte prejudicada.

Por estarem justas e acertadas, para que produza os seus jurídicos e legais efeitos, assina as partes concordantes o presente ACORDO COLETIVO DE TRABALHO em 03 (três) vias de igual teor.

IARACI MARIA SILVA

Presidente

SIND DOS TRAB EM EMP DE T E O DE MESAS TELEF NO EST SE

SEBASTIAO TADEU MACHADO CAVALCANTE

Gerente

ERICSSON GESTAO E SERVICOS DE TELECOMUNICACOES LTDA

ANEXOS
ANEXO I - ATA EGS

[Anexo \(PDF\)](#)

A autenticidade deste documento poderá ser confirmada na página do Ministério do Trabalho e Emprego na Internet, no endereço <http://www.mte.gov.br>.